

SANTUÁRIO DOS PAJÉS: Território Indígena Frente à Especulação Imobiliária Urbana

Gabriel Alves Ferreira da Silva¹
Beatriz Bastos Rezende²

Resumo

Este estudo pretende analisar, pela ótica geográfica as relações territoriais e os conflitos locais, tendo em vista as representações sociais no que diz respeito ao Santuário dos Pajés e Setor Noroeste em Brasília. O Santuário dos Pajés apresenta-se como um território indígena no Distrito Federal, que se encontra numa disputa com as imobiliárias e o Governo do Distrito Federal, causando uma instabilidade no cotidiano dos moradores do Santuário e uma pressão pela retirada da comunidade indígena do local.

Palavras-chave: Território, Indígena, Urbano.

Introdução

Se, ao nos deparar com um conflito por território indígena, mais frequentemente, imaginamos que o conflito é sediado num contexto totalmente rural, este caso vai no sentido de provocar uma reflexão. O conflito territorial que é travado entre o Santuário dos Pajés pela manutenção de seu território representa uma comunidade tradicional agindo contra os interesses imobiliários referentes a metropolização brasiliense. Neste sentido adianta-se que o Santuário representa algo além da moradia e subsistência, mas algo sagrado, isto é uma ligação espiritual/religiosa do sujeito com o território, revelando uma intensa intersubjetividade.

Neste estudo, o objetivo é observar como a expansão urbana de Brasília modificou a paisagem geográfica da região situada entre o Parque Nacional de Brasília e o bairro Asa Norte, conhecida como Setor Noroeste e o Santuário dos Pajés, e como este processo afetou a memória e as devidas simbologias atreladas ao local, no sentido em que os atores da expansão urbana agem de forma que a história local é constantemente esquecida. Tais objetivos

¹ Graduando em geografia pela Universidade de Brasília; email: gabfsilva@gmail.com.

² Graduanda em história pela Universidade de Brasília; email: rezendebeatriz35@gmail.com

realizam-se por meio de uma análise e interpretação holística da paisagem e das entrevistas feitas aos moradores dos condomínios e indígenas que residem no local, trabalhadores de comércios, condomínios e imobiliárias locais.

A área em questão possui lençóis freáticos e aquíferos que abastecem a Bacia Hidrográfica do Paranoá, além de compor a zona de amortecimento do Parque Nacional de Brasília (GOOGLE INC, 2017 e MAGALHÃES, 2009). Uma demarcação de terra indígena, como uma reserva extrativista, atua de forma positiva, por exemplo, ao desfragmentar o território de conservação e melhorar a conexão entre o Parque Nacional e Área Relevante de Interesse Ecológico localizado ao lado oeste do Setor Noroeste, no caso, o Parque Burle Marx.

O Santuário dos Pajés se apresenta como um lugar rural, inserido no meio urbano brasileiro. Adjacente ao plano urbanístico moderno de Lúcio Costa, o chamado Plano Piloto, projetado para ser [na teoria] o auge da vivência urbana contemporânea no Brasil, o santuário possui aspectos de um cotidiano rural, num meio que é pode ser considerado urbano. Nesta relação, podemos indicar que o santuário possui práticas agrárias de subsistência de acordo com Andrade (2010), como a criação de aves e pequenas plantações de hortas, assim como existem habitações rurais, isto é, não possui grandes aglomerados de edificações, mas casas separadas por uma vegetação de cerrado, algumas vezes com o acesso apenas por uma estrada de terra estreita, outras por um caminho mais livre, com árvores e arbusto. Ou seja, também começa-se a entender que, no caso indígena, existe uma relação com a solo e natureza subjetiva e profunda, indo muito além da relação de usufruto habitacional. E, dessa forma, pode-se começar a compreender a questão do território-santuário, isto é, um território sagrado.



Figura 1: cartograma da área de estudo

Entretanto, existe uma similaridade, e assim uma conexão, com a vivência urbana, de acordo com Lencioni (2008), mesmo que esses fatores foram mais impostos do que proposital, pela expansão urbana do município de Brasília. Tal fator é proporcionado não pelo tipo de habitação exercida no local, mas pelas características de sua proximidade, uma habitação urbana. Neste sentido, existem diferentes padrões de espaciais. Por um lado, o Santuário dos Pajés representando um lugar com uma presença maior de fauna e flora endêmica, que vai ser vivenciado de diferentes formas de acordo com a pessoa. E, por outro lado, o Setor Noroeste, representando um lugar com uma natureza artificial, isto é, para finalidades expressamente paisagísticas, com construções novas, modernistas e outros fatores, resultando numa vivência diferenciada. Dessa forma, podemos dizer que existem duas dinâmicas num só lugar, levando em conta suas devidas particularidades.

O Contexto Histórico do Santuário e do Setor Noroeste:

O Setor Noroeste é uma área que faz parte da Região Administrativa I do Distrito Federal, o Plano Piloto (DISTRITO FEDERAL, 2017). A expansão do Plano Piloto ao Setor Noroeste foi prevista no relatório de Brasília Revisitada (LÚCIO COSTA, 1987). O projeto era criar uma espécie de “bairro verde”, com captação de água, energia solar e fluxo reduzido de carros (GONDIM, 2009). Algo que a partir de um trabalho de campo foi constatado que houve falhas na realização. A especulação imobiliária do Noroeste chegou a tal nível que hoje ocupa a posição do metro quadrado mais valorizado de Brasília, que também está entre os maiores do Brasil. Segundo a empresa Vivareal (2016, apud ALVES, 2016), a média do metro quadrado do Noroeste em outubro de 2016 equivaleria a R\$ 9.677 reais. O poder público não agiu coerente ao plano de diminuição de carros, tendo uma única linha de ônibus que passa pela região, ela opera somente nos dias úteis, das 6 h até as 19 h (DFTRANS, 2017).

Antes de ser o Distrito Federal da República Federativa do Brasil, o local era conjunto de fazendas. Onde hoje é o Plano Piloto de Brasília, a Região Administrativa I, em 1927 foi registrada a fazenda Bananal. Apesar desse registro estar sob acusações de fraude e grilagem como relatado por Siqueira (2012), em sua reportagem na ISTOÉ, esta fazenda foi desapropriada em dezembro de 1955 pelo Estado de Goiás, a mando do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Anterior a estes fatos, segundo Magalhães e Eleutério (2008, apud Magalhães 2009, p 25): “os estudos antropológicos indicam que povos ancestrais há oito mil anos circulavam por essas paragens em busca de alimentos obtidos pela coleta, caça ou pesca”. Mais adiante o planalto central foi palco de conflitos envolvendo indígenas e bandeirantes. Depois, foram encontrados indígenas residindo nas proximidades do que hoje é conhecido como o Distrito Federal durante a Missão Cruis, que foi a primeira comissão exploradora organizada para avaliar a viabilidade da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para a da região do planalto central.(MAGALHÃES 2009).

Em 1957, índios da etnia Fulni-Ô se instalaram na região situada aproximadamente, 8 quilômetros ao noroeste do Congresso Nacional, dentro região em que antes pertencia a Fazenda Bananal, atingindo uma ocupação expressiva em meados da década de 1970. Estes partiram da aldeia Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco. Sua permanência ficou inviabilizada após as autoridades locais determinarem a expansão da cidade de Águas Belas em direção ao território indígena, por meio de “doações” à Igreja Católica indivíduos com

localmente influentes, tornando inviável a permanência dos indígenas. (IBIDEM). A chegada indígena na nova capital, para trabalhar na construção de Brasília, acarreta em uma nova territorialização e ocupação tradicional da terra, em busca por novos começos, preservando as identidades indígena de originais.

O assentamento passou a servir como lugar de referência e apoio indígena na Capital Federal, desta forma, o local também passou a agregar indígenas de outras etnias conforme o tempo, concentrando, além das etnias supracitadas, índios Guajajara, e Tupinambá. A área do Santuário dos Pajés, nome denominado por seus integrantes, era estimada em cerca de 180 hectares, situa-se entre a Asa Norte e Parque Nacional de Brasília. Essa delimitação perdurou até meados de 2008, conforme indicado na figura 1, quando a TERRACAP iniciou a venda de lotes na mesma região. No final de 2009 iniciou-se a perda do território para imobiliárias quando começou o desmatamento para construir as vias locais. Até este ponto, o local era apenas cercado por cerrado.

As empresas responsáveis pelas obras passam a ocupar e desmatar o cerrado presente na região, nem sempre dentro da legalidade, e utilizar táticas como agressão aos índios e apoiadores, incêndios antrópicos e violência psicológica (ver Brasil, 2002, para violência psicológica), aliado ao descaso da polícia em relação à causa indígena. Em resposta, os índios, acompanhado de estudantes, integrantes de movimentos sociais e apoiadores utilizaram de táticas como o acorrentamento a máquinas de obra e a ocupação humana para tentar barrar o avanço das construções. Este conflito teve seu auge em 2011, época em que haviam muitos prédios sendo levantados, e também haviam muitos trabalhadores no local. A construção do bairro sofreu paralisações fruto de impasses judiciais, mas, com a FUNAI determinando que o não havia terra tradicional indígena no local, o judiciário agiu em prol da continuação da construção.

O Santuário dos Pajés: Um Geossímbolo

Nas palavras de Joël Bonnemaison um geossímbolo corresponde a “um definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que por razões religiosas, políticas ou culturais, aos

olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que fortalece sua identidade” (BONNEMAISON, 2012, p.292).

Tal definição se encaixa na realidade do Santuário porque, desde os indígenas Fulni-ô que habitavam em 1957, foram realizados casamentos, nascimentos de filhos, netos, a morte de líderes espirituais e o enterro (junto aos seus pertences) de líderes espirituais e outros membros da comunidade, o que acentua e confirma ainda mais a conexão espiritual com o território, como apontado em Magalhães (2009) e pelos relatos escutados para fazer esta pesquisa.

Nota-se portanto, que dentro do Santuário, existem práticas culturais pertencentes a comunidade indígena. Não só as supracitadas, mas também existe rituais e tradições que possuem locais próprios de realização, com normas próprias. Caracterizando o lugar, de forma que ele apresente não só fins residenciais, subsistência, mas como centro de rituais em indígena em Brasília, criando, desta forma, um fluxo pessoas interessadas em participar ou conhecer os rituais, indígenas ou não. Lembrando que a relação da comunidade indígena com a terra é diferente de outras comunidades, isto é, possui uma relação habitat.



Figura 2: entrada do Santuário dos Pajés

A cultura então, torna-se também um modo de organizações sociais e espaciais, estas passam a criar relações pessoais com espaciais e metonímias no lugar (CORRÊA, 2003). No caso dos moradores do Setor Noroeste com o seu lugar de residência, existe um movimento

de exclusão de múltiplas identidades locais, submetendo a ideia de lugar reacionário, como explanado por Massey (2000), apesar haver diversos signos e interpretações locais concomitantemente, os moradores e, principalmente, as imobiliárias locais insistem numa singularidade do lugar, excluindo a percepção da existência de uma comunidade indígena a poucas centenas de metros, dificultando a exumação da história e enraizamento local do santuário, assim, dificultando sua permanência por meios legais.

Neste mesmo exemplo do setor noroeste, existe um processo de metonímia. Isto é, a simulação, por meio utilizando signos e significados de outros lugares, para mudar a percepção do setor Noroeste (CORRÊA, 2003). Existem muitos prédios que remetem a natureza, o slogans de imobiliárias em relação ao setor Noroeste que incluem “respire o verde”, assim como houve projetos que propagavam a práticas sustentáveis que nunca se realizaram, como o transporte público eficaz e menor consumo de energia elétrica e água, por exemplo, na reportagem já citada de Gondim (2009) do Jornal O Globo.



Figura 3: propaganda do bairro Setor Noroeste dentro de uma imobiliária

A negação do Santuário, tanto pelo Governo do Distrito Federal tanto pelas imobiliárias e moradores do Setor Noroeste chega a tal ponto, que existem relatos de morte como descrito por Magalhães (2009), e entre outras informações de agressões obtidas na saída

de campo. Já tiveram práticas como incêndios criminosos, depósito de esgoto ilegal para tentar matar e intoxicar os moradores do Santuário.

A Memória:

A Memória, no sentido mais puro do termo, é a presença do passado. Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs, a memória é uma “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, coletiva” (FERREIRA E AMADO, 1996, P.95 - 96). Sendo assim, ela se constitui essencial para identidade, e tanto uma percepção de si próprio, como dos outros. (ROUSSO, 1998, p. 94-95). A memória não seria, portanto, apenas individual.

Como sugere Halbwachs, as memórias são construções dos grupos sociais. Ou seja, os grupos determinam o que é memorável e como os eventos serão lembrados. Cabe ao grupo selecionar as memórias, avaliando a relevância para cada um. Burke também coloca: “nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou, pelo menos, influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.” (BURKE, 2000, p.69-70). Tendo em vista que tanto a memória social, como individual, são seletivas, faz-se necessário analisar os processos de seleção utilizados e mudanças de espaço-tempo. Como aponta Walter Benjamin, há sempre uma intenção por trás da narrativa histórica, sendo movida por interesses específicos de cada grupo ou comunidade. A História pode ser contada de diversas formas, porém, pode-se dizer que há uma superposição de memórias³, numa tentativa de legitimar narrativas acima de outras, de tal forma que acaba por hierarquizar os conhecimentos.

A Modernidade nos é contada com grande ênfase para os grandes acontecimentos que marcaram a Europa no século XVIII, e suas ideologias como base para a construção do pensamento moderno, de modo que ocultou e silenciou outras entidades. A chamada era moderna foi marcada por segregações, tanto de indivíduos, como de nações.

³ LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. Brasília: Revista de Pós-graduação em História da UnB . V 2, n. 4, 1999, p. 15.

Dussel (1993) indica a modernidade como um fato europeu, mundializando-se por meio da colonização. A colonialidade surge como um padrão de poder que visa hierarquizar o conhecimento da Europa acima dos demais, marcada por uma lógica de exclusão e inclusão, dessa forma, estabelece-se uma ordem⁴. É importante apontar a categorização das populações nos termos raciais como característica fundamental da colonialidade.⁵

Tendo em vista a colonialidade como um eixo da modernidade, pode-se analisar o modo de produção de conhecimento e como é marcado pela naturalização das relações de opressão, tendo a raça como um signo de hierarquização, numa tentativa de justificar e estabelecer posições de dominação, valorizando assimetrias.⁶ A ideia de raça, a partir de um ponto de vista eurocêntrico, são carregadas de representações inferiorizantes de alteridade, que servem para a exaltação da superioridade europeia e que até hoje é um marcador de população que define lugares políticos.

Um movimento que se debruça no binarismo entre a razão e o sensível, em torno de hierarquizações do modo de produzir conhecimento⁷, dentro de afirmações que alegam maior “veracidade”, como a escrita alfabética. Ou seja, quem tem essa escrita - os europeus - detêm e produz o conhecimento, e quem não tem, é classificado como não-civilizado e atrasado, sendo assim, não produz conhecimento digno de legitimidade, que nelas reconheciam indícios de subjetividade que podiam afetar a sua veracidade. Assim, privilegiando as fontes escritas que refletem a perspectiva das classes dominantes letradas, marginalizando a memória de outros grupos sem escrita, desconsiderando práticas orais.

O silenciamento das vozes desses grupos marginalizados é uma das maiores tentativas de extermínio, partindo do assassinato mais puro e simples, até a exclusão da história, levando ao apagamento.

⁴ BAUMAN, Zygmunt; Modernidade e ambivalência. Tradução: Marcus Penchel. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. Santa Cruz/California: Journal of World-Systems Research, VI, 2, summer/fall, 2000, p. 342-386.

⁶ SEGATO, Rita. La Nación y sus Otros: Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad. Buenos Aires: Prometeo, 2007, p. 131-150.

⁷ MIGNOLO, Walter. Historias locales - diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2003.

O Papel da Educação nas Representações Sociais

Um dos instrumentos essenciais utilizados para contar essa história da Modernidade é a educação. No que se diz respeito ao conhecimento sobre as sociedades indígenas, durante o período colonial, a Igreja e Coroa - portuguesa e espanhola - mantinham um poder sobre a produção e a propagação desses conhecimentos. Estes conhecimentos, por sua vez, estavam cheios de representações de caráter difamatório das sociedades indígenas, reproduzindo saberes eurocêntricos, contribuindo para uma legitimação de uma relação superior/inferior e as práticas de conquista. A educação aparece de forma fundamental para direcionar a população, pretendendo-se realizar uma tarefa civilizatória, com intuito de reforçar saberes eurocêntricos e evolucionistas, que colonizam os nossos imaginários com representações preconceituosas acerca dos saberes, vidas, linguagens, identidades e tradições a respeito dos povos indígenas. Essas representações contribuem para a sustentação de práticas de exclusão no presente, que não reconhecem e incitam gestos violentos a esses povos.

As representações sociais são uma forma de conhecimento, desenvolvido socialmente e compartilhado, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum para um grupo social. Enquanto sistemas de interpretação, as representações sociais regulam a nossa relação com os outros e orientam o nosso comportamento. As representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupais, as ações de resistência e de mudança social. Enquanto fenômenos cognitivos, as representações sociais são consideradas como o produto de uma atividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade. (JODELET, 1989, p.36-37).

Essas práticas de exclusão se mostraram presentes durante a realização das entrevistas feitas a moradores, comerciantes, trabalhadores do Setor Noroeste, sendo abordada a questão indígena do local, tendo em vista o fluxo dos indígenas dentro do setor. Durante as entrevistas, os discursos surgem de como os sujeitos veem a si mesmos, os outros e o mundo a sua volta, trazendo aspectos sobre as representações sociais que povoam os imaginários coletivos acerca dos povos indígenas. É possível identificar uma tentativa de legitimar a reivindicação da retirada da comunidade indígena do local, nessa questão, o Santuário dos Pajés como um território indígena que se encontra numa disputa com as imobiliárias e o governo do Distrito Federal. Sendo perceptível analisar como se estabelecem tais relações, e como as representações são marcadores de populações que direcionam as políticas.

É necessário refletir sobre as representações supracitadas e como incidem nas práticas administrativas. O Estado é um mediador fundamental dentro desse vínculo tutelar, que se articula por meio das ações das agências governamentais, tem como responsabilidade tutelar dos povos nativos e de administrar a demarcação de terras. Entretanto, esse papel de cunho indigenista, forja-se através dos interesses do entorno nacional. João Pacheco de Oliveira (1998) sugere, a partir de uma vertente denominada de “contato interétnico”, a impossibilidade de refletir sobre a questão de territorialidade indígena sem considerar as determinações e motivações por detrás dos agentes da sociedade que os envolve, assim, sendo resultado do choque de duas dinâmicas.

Resultados e Discussão Acerca do Trabalho de Campo

Para a execução desta pesquisa, além da pesquisa teórica, foi feito um trabalho prático que culminou em visitas para o Setor Noroeste, para o Santuário dos Pajés⁸ e um estudo das imagens da região estudada, tiradas por satélites e aviões. A imagem mais recente sendo de 2017 e a mais antiga sendo de 1975 e a mais recente sendo em 2017.

No Setor Noroeste, foi feito um reconhecimento a pé da área que já foi construído e do que está sendo construído. Durante esse trabalho foram feitas 8 entrevistas⁹ e, dessas 8, 2 foram entrevistas em grupos e 6 foram entrevistas individuais. Os entrevistados foram divididos em 3 categorias: categoria 1 representa os trabalhadores assalariados de lojas comerciais, condomínios e domésticos; a categoria 2 representa corretores de imóveis e a terceira categoria representa morador(a) do Noroeste.

A seguir, o gráfico procura contextualizar o tempo que os entrevistados estão no Noroeste.

	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Média

⁸ É importante mencionar que a visita foi feita mediante autorização, para entrar no Santuário, portanto, esclareço que a entrada não é liberada para qualquer pessoa que deseje entrar.

⁹ Todos os entrevistados autorizaram uso de suas respostas para essa pesquisa.

Número de entrevistas individuais	2	3	1	-
Número de entrevistas em grupo	2	0	0	-
Média do tempo que estão no Noroeste (trabalhando ou morando)	1 ano e 10 meses	3 anos e 7 meses	4 anos	2 anos e 6 meses

Gráfico 1: panorama das entrevistas

Pelas entrevistas foi possível comprovar a hipótese de que o Noroeste constitui um local de classe alta. Primeiro pelas respostas de todas as categorias que classificou 100% das vezes o Noroeste como um lugar destinado à classe alta, segundo pelo valor do metro quadrado está entre os mais caros do Brasil, atualmente variando entre 10.000 reais e 12.000 reais. A área de cobertura urbana ainda está em expansão.

Nota-se que a figura indígena no cotidiano dos moradores e trabalhadores do Noroeste é invisibilizada. Isto é, apesar do trânsito deles diariamente, apenas 1 entrevistado da categoria 2 relatou que via-os transitando, mesmo que de forma ocasional. Em uma entrevista da categoria 2, corretor(a) imobiliário, disse que não sabia de nenhuma informação acerca da questão indígena no local. Uma clara tentativa de dissimulação da informação. Voltamos, assim, na questão da falta de representação social mencionada anteriormente. O resultado disso vai se materializar aqui, nas entrevistas. Em um estabelecimento, trabalhadores relataram que os patrões e clientes sentem medo, são preconceituosos e sentem que a que os indígenas estão invadindo o lugar que deveria ser destinado ao Setor Noroeste. Na entrevista da categoria 3 foi mencionado que eles, os índios, teriam que sair do local onde estão para o término da construção do bairro.

Podemos relacionar este fato com a questão da memória e com a negação dos indígenas ao território com especulação imobiliária. Durante as entrevistas, constatou-se que a recente urbanização agiu no sentido de descaso com a história e memória coletiva do local. A interpretação em 88% dos casos é que os indígenas não tem direito aquele local e desconhecimento do tempo que ocupam o local.

A tendência das construtoras do Setor Noroeste é a expansão, mesmo após a recessão da economia desde 2015. Os desdobramentos que disso são imprevisíveis e estamos sujeitos ao tempo para descobrir.

No caso dos moradores e alguns visitantes do Santuário dos Pajés, ao tratar do território deles, existe uma relação apego. Nos relatos coletados nas visitas ao local, houve relatos de o Santuário remete a tranquilidade, a convivência com os amigos, a conexão espiritual, que lembra, por sua vez que o território é sagrado. Neste sentido, a sacralidade do Santuário dos Pajés é fruto de uma combinação de fatores, perpassam um apego causado pela rotina é se dá mais por causa de uma questão religiosa, tradicional, espiritual, como Magalhães (2009) descreve de forma mais detalhada.

Os efeitos do medo preconceito dos moradores do Noroeste são sentidos pelos indígenas do Santuário, de forma que para comprar qualquer produto, não é utilizado o comércio do Noroeste (mais perto) e sim o que está presente na via W3 Norte (mais longe).

Considerações Finais

Nesta análise, procurou-se focar no espaço vivido dos agentes e atores presentes na amostra territorial, necessariamente carregado de intersubjetividade, e se observa a criação de novas territorialidades, novas territorializações (GERALDES, 2011, e BONNEMAISON, 2012). Procurou-se, de acordo com a ótica do sujeito obtida, buscar os signos e simbologias atribuídas resultando em topofilias e topofobias, e a produção espacial a partir destes fatores. Tão quanto, foi trazido à tona conceitos referentes a memória e como as representações sociais levam a um silenciamento e apagamento dessas comunidades indígenas (ou) tradicionais.

Pode-se dizer acerca da questão da lugaridade, é desencadeado um processo partir do momento em que as agências imobiliárias tratam a questão com descaso. Tal descaso, desconsidera toda história e sacralidade do santuário, e essa abordagem é passada aos moradores e organizações que existem dentro do Setor Noroeste. Assim, ocorre esse movimento reacionário do lugar, ao ponto de que os moradores e trabalhadores do consideram a convivência harmoniosa, porém encaram os indígenas se eles fossem estranhos e não pertencessem àquele lugar. Uns ainda falaram que em algum ponto eles teriam que sair dali,

para que morar no Setor Noroeste continuasse se viável no futuro, descongestionando o gargalo de trânsito que existe atualmente¹⁰.

Tal processo afeta também, a memória coletiva. Em todas as entrevistas foi notada um esquecimento da presença de uma comunidade indígena, que se tornou o Santuário dos Pajés, desde a década de 50. Não bastasse isso, as metodologias de retirada utilizadas ou de realocação dessas comunidades se baseiam em ameaças, e neste caso, até com ações contendo fins homicidas. Constantemente conduzidas por meio de atores com poder e influência política, são mascaradas ou ignoradas pelos veículos de comunicação.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer imensamente à Márcia Guajajara, Fetxa Tapuya, Santxie Tapuya e Zahy Guajajara por toda a colaboração, que foi fundamental para a realização desta pesquisa. Agradecemos também à Universidade de Brasília pelo apoio.

Referências Bibliográficas

ALVES, Pedro; **Brasília tem o metro quadrado mais caro do Brasil**. Metrôpolis. Brasília. 15 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.metropoles.com/distrito-federal/brasil-tem-o-metro-quadrado-mais-carro-do-brasil>>. Acesso em: 29 maio 2017.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-território: revista de geografia agrária**, [s.l.], v. 5, n. 9, p.5-16, fev. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. A GEOGRAFIA CULTURAL E O URBANO. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução À Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

BAUMAN, Zygmunt; **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história: Organização e tradução de João Barreto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

¹⁰ A presença do Santuário impede a construção da via principal projetada para o Setor Noroeste. Ao invés do que é atualmente, o acesso apenas por um retorno que cabe dois carros, para entrar na mão oposta, atravessar a pista, e virar a direita para acessar o Noroeste, o novo acesso teria um acesso feito por "tesourinha", como é chamado o retorno para entrar na via perpendicular em Brasília.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 279-303. Volume I.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília, 2002. (Cadernos de Atenção Básica Nº 8).

BURKE, Peter. História como memória social .In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

COSTA, Lúcio. Brasília revisitada 1985/87: Anexo I do Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. In: **Diário Oficial do Distrito Federal**, suplemento, ano XII, nº 194,14 de outubro de 1987

DFTRANS. DF NO PONTO: **sistema de busca de linhas de ônibus**. 2017. Disponível em: <<http://www.sistemas.dftrans.df.gov.br/horarios/src/mapas/index>>. Acesso em: 29 maio 2017.

DISTRITO FEDERAL. GOVERNO DE BRASÍLIA. **Administração Regional do Plano Piloto**. Disponível em: <<http://www.planopiloto.df.gov.br/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.), **USOS & ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro: A origem do Mito da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GERALDES, Eduardo Simões. **Horizontes do mundo vivido: reflexões Sobre a contribuição da Hermenêutica para a geografia Humanista**. Geograficidade, Niterói, v. 1, n. 1, p.59-66, ago. 2011.

GONDIM, Ystatille. Primeiro bairro verde de Brasília começa a sair do papel e gera primeiro bairro verde de brasil c. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 abr. 2009. Imóveis, p. 1-33. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/imoveis/primeiro-bairro-verde-de-brasil-comeca-sair-do-papel-ger>>. Acesso em: 15 maio 2017.

GOOGLE INC.. **Google Earth PRO**. Versão 7.1.7.2606, 2016. Apertando o botão show historical imagery. Disponível em: <<https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

HALBWACHS, Maurice. Tire legendary topografy of the Gospels in the Holy Land. **On colletive memory** .Lewis A. Coser, ed. Chicago, University of Chicago Press, 1992.

LAS CASAS, Bartolomé de. **Liberdade e justiça para os povos da América**. São Paulo: Paulus, 2010.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LENCIONE, Sandra. OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E URBANO. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, apr. 2008. ISSN 2179-

0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740>>. Acesso em: 29 may 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098>.

LITTLE, Paul E. **Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização**. Brasília: Revista de Pós-graduação em História da UnB . V 2, n. 4, 1999.

MAGALHÃES, Frederico Flávio. **Terra Indígena Bananal: Territorialização Tapuya A Materialização Da Presença Indígena Em Brasília**. 2009. 49 p. Monografia (Especialização) - Curso de Indigenismo e Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global Do Lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales - diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: MEC/Secad/Laced/Museu Nacional (Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoIET13_Vias02WEB.pdf), acesso 18 de jun 2017.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SEGATO, Rita. **La Nación y sus Otros: Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. Brasília grilada. **ISTOÉ**. [s.l.], p 1-1. 22 dez. 2012. Disponível em: <http://istoe.com.br/216236_BRASILIA+GRILADA/>. Acesso em: 17 jun. 2017

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América. A questão do outro**, 2a edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Santa Cruz/California: Journal of World-Systems Research, VI, 2, summer/fall, 2000.